

Demonstrações
Financeiras
Trimestrais
4° Trimestre 2022

Av. Pessoa Anta, 274, 2º andar
Espaço Inovação - Centro, Fortaleza/CE
CEP.: 60.060-188
CNPJ N.:44.062.163/0001-74



www.cepart.com.br

cearapar@cepart.com.br





www.audiplacauditoria.com.br

Fortaleza, 05 de abril de 2023.

À

Companhia de Participação e Gestão de Ativos do Ceará S/A - CearaPar

Fortaleza - Ceará

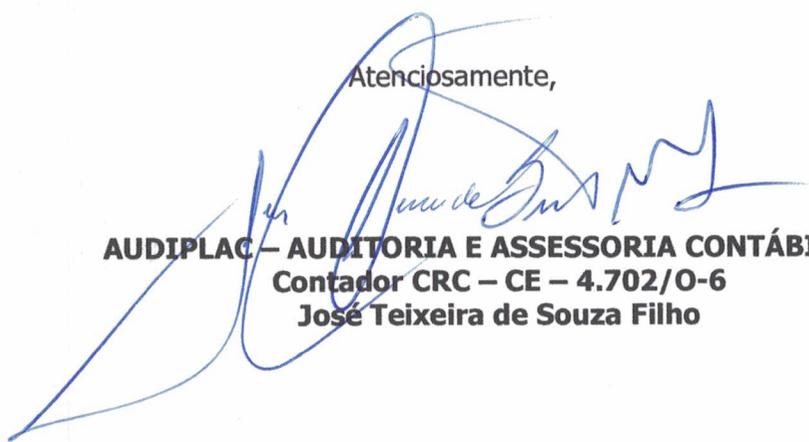
Senhores Conselheiros e Diretores,

Estamos apresentando à V.Sas. o Relatório dos Auditores Independentes, relativo ao 4º trimestre de 2022 e do exercício de 2022, desta Companhia.

A Auditoria foi realizada de acordo com as normas do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON e Legislação Vigente.

O relatório abrange os principais aspectos dos registros contábeis referente ao 4º trimestre de 2022 e do exercício de 2022, dos controles internos e legislação aplicável à atividade. As recomendações, porventura propostas, têm por objetivo colaborar no aperfeiçoamento das práticas contábeis e dos controles internos.

Atenciosamente,



AUDIPLAC – AUDITORIA E ASSESSORIA CONTÁBIL S/S
Contador CRC – CE – 4.702/O-6
José Teixeira de Souza Filho



www.audiplacauditoria.com.br

Companhia de Participação e Gestão de Ativos do Ceará S/A - CearaPar

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RELATÓRIOS ENCERRADOS EM 31.12.2022:

- Balanço Patrimonial
- Demonstração do Resultado
- Demonstração do Resultado Abrangente
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Demonstração do Fluxo de Caixa
- Notas Explicativas
- Relatório de Auditoria – Forma Longa
- Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis



**COMPANHIA DE PARTICIPAÇÃO E GESTÃO DE
ATIVOS DO CEARA – CEARAPAR
CNPJ: 44.062.163/00001-74**

**Demonstrações contábeis dos períodos
findos em 31 de dezembro de 2022**



COMPANHIA DE PARTICIPAÇÃO E GESTÃO DE ATIVOS DO CEARA - CEARAPAR
 CNPJ: 44.062.163/00001-74

BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Em reais

		31/12/2022	31/12/2021
ATIVO CIRCULANTE	Notas Explicativas	3.076.907	2.899.810
Caixa e Equivalentes de Caixa	Nota 3	2.991.781	2.899.787
Impostos a Recuperar	Nota 4	70.786	23
Adiantamentos		14.340	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE		9.602	-
Imobilizado	Nota 5	9.602	-
TOTAL DO ATIVO		3.086.509	2.899.810

Fortaleza, 31 de dezembro de 2022

Carlos Eduardo dos Santos Marino
 CPF: 261.069.143-20
 Diretor - Presidente

Francisco Moisés de Almeida Gomes
 CRC (CE): 12.837/O-1
 CPF: 575.694.793-00
 Contador

Bruno de Souza Almeida
 CPF: 009.609.701-93
 Gestor de Controle Interno

Anneline Magalhães Torres
 CPF: 014.566.883-59
 Diretora Administrativa Financeiro

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

Documento assinado eletronicamente por: BRUNO DE SOUZA ALMEIDA em 29/03/2023, às 14:51; CARLOS EDUARDO DOS SANTOS MARINO em 29/03/2023, às 14:50 e outros; (horário local do Estado do Ceará), conforme disposto no Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de junho de 2021. Para conferir, acesse o site <https://suite.ce.gov.br/validar-documento> e informe o código 4CDF-DE28-A121-3D6C.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÃO E GESTÃO DE ATIVOS DO CEARA - CEARAPAR

CNPJ: 44.062.163/00001-74

BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

		Em Reais	
		31/12/2022	31/12/2021
PASSIVO CIRCULANTE	Notas Explicativas	223.950	73.077
Fornecedores		1.900	-
Obrigações Fiscais e Trabalhistas	Nota 6	222.050	73.077
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.862.559	2.826.733
Capital Social	Notas 7	5.000.000	3.000.001
Prejuízos Acumulados	Nota 8	(2.137.441)	(173.268)
TOTAL PASSIVO + PATRIMONIO LIQUIDO		3.086.509	2.899.810

Fortaleza, 31 de dezembro de 2022

Carlos Eduardo dos Santos Marino

CPF: 261.069.143-20

Diretor - Presidente

Francisco Moisés de Almeida Gomes

CRC (CE): 12.837/O-1

CPF: 575.694.793-00

Contador

Bruno de Souza Almeida

CPF: 009.609.701-93

Gestor de Controle Interno

Anneline Magalhães Torres

CPF: 014.566.883-59

Diretora Administrativa Financeiro

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)



Documento assinado eletronicamente por: BRUNO DE SOUZA ALMEIDA em 29/03/2023, às 14:53 CARLOS EDUARDO DOS SANTOS MARINO em 29/03/2023, às 14:50 e outros; (horário local do Estado do Ceará), conforme disposto no Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de junho de 2021. Para conferir, acesse o site <https://suite.ce.gov.br/validar-documento> e informe o código 4CDF-DE28-A121-3D6C.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÃO E GESTÃO DE ATIVOS DO CEARÁ - CEARAPAR
 CNPJ: 44.062.163/00001-74

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

		Em reais	
	Notas Explicativas	31/12/2022	31/12/2021
RECEITA LÍQUIDA		-	-
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS		-	-
LUCRO BRUTO		-	-
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS		(2.359.891)	(190.131)
Despesas Gerais e Administrativas	Nota 9	(2.358.982)	(189.894)
Outras despesas		(909)	(237)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		(2.359.891)	(190.131)
Receitas Financeiras	Nota 10	396.943	16.877
Despesas Financeiras	Nota 10	(1.225)	(14)
PREJUÍZO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(1.964.173)	(173.268)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(1.964.173)	(173.268)
RESULTADO POR AÇÃO (REAIS/AÇÃO)		(0,393322)	(0,034653548)

Carlos Eduardo dos Santos Marino
 CPF: 261.069.143-20
 Diretor - Presidente

Francisco Moisés de Almeida Gomes
 CRC (CE): 12.837/O-1
 CPF: 575.694.793-00
 Contador

Bruno de Souza Almeida
 CPF: 009.609.701-93
 Gestor de Controle Interno

Anneline Magalhães Torres
 CPF: 014.566.883-59
 Diretora Administrativa Financeiro

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

Documento assinado eletronicamente por: BRUNO DE SOUZA ALMEIDA em 29/03/2023, às 14:53 CARLOS EDUARDO DOS SANTOS MARINO em 29/03/2023, às 14:50 e outros; (horário local do Estado do Ceará), conforme disposto no Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de junho de 2021. Para conferir, acesse o site <https://suite.ce.gov.br/validar-documento> e informe o código 4CDF-DE28-A121-3D6C.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÃO E GESTÃO DE ATIVOS DO CEARA - CEARAPAR
CNPJ: 44.062.163/00001-74

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Em reais

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo Líquido do Exercício	(1.964.173)	(173.268)
(+/-) Outros Resultados Abrangentes	-	-
(=) Resultado Abrangente do Exercício	(1.964.173)	(173.268)

Carlos Eduardo dos Santos Marino
CPF: 261.069.143-20
Diretor - Presidente

Francisco Moisés de Almeida Gomes
CRC (CE): 12.837/O-1
CPF: 575.694.793-00
Contador

Bruno de Souza Almeida
CPF: 009.609.701-93
Gestor de Controle Interno

Anneline Magalhães Torres
CPF: 014.566.883-59
Diretora Administrativa Financeiro

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)





COMPANHIA DE PARTICIPAÇÃO E GESTÃO DE ATIVOS DO CEARÁ - CEARAPAR
CNPJ: 44.062.163/00001-74

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Em reais

CONTAS	Capital Social		Prejuízos Acumulados	TOTAL GERAL
	Capital Subscrito	(-) Capital a Integralizar		
Subscrição de Capital	5.000.000	(5.000.000)	-	-
Integralização de Capital	-	3.000.001	-	3.000.001
Prejuízo do Exercício	-	-	(173.268)	(173.268)
SALDOS EM 31/DEZ/2021	5.000.000	(1.999.999)	(173.268)	2.826.733
Subscrição de Capital	-	-	-	-
Integralização de Capital	-	1.999.999	-	1.999.999
Prejuízo do Exercício	-	-	(1.964.173)	(1.964.173)
SALDOS EM 31/DEZ/2022	5.000.000	-	(2.137.441)	2.862.559

Carlos Eduardo dos Santos Marino
CPF: 261.069.143-20
Diretor - Presidente

Francisco Moisés de Almeida Gomes
CRC (CE): 12.837/O-1
CPF: 575.694.793-00
Contador

Bruno de Souza Almeida
CPF: 009.609.701-93
Gestor de Controle Interno

Anneline Magalhães Torres
CPF: 014.566.883-59
Diretora Administrativa Financeiro

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÃO E GESTÃO DE ATIVOS DO CEARÁ - CEARAPAR
CNPJ: 44.062.163/00001-74

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Em reais

	31/12/2022	31/12/2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS	(1.898.240)	(100.214)
Prejuízo Líquido do exercício	(1.964.173)	(173.268)
Despesas/Receitas que não afetam o Caixa		
(+) Depreciação	163	-
(+) Aumento do Passivo Circulante	150.873	73.077
Fornecedores	1.900	-
Obrigações Fiscais e Trabalhistas a Pagar	148.973	73.077
(-) Aumento do Ativo Circulante	(85.103)	(23)
(-) Adiantamentos a Fornecedores	(14.340)	-
(-) Impostos a Recuperar	(70.763)	(23)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(9.765)	-
Aplicações no Imobilizado	(9.765)	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	1.999.999	3.000.001
Integralização de Capital	1.999.999	3.000.001
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	91.994	2.899.787
Saldo no Início do Período	2.899.787	-
Saldo no Final do Período	2.991.781	2.899.787
	91.994	2.899.787

Carlos Eduardo dos Santos Marino
CPF: 261.069.143-20
Diretor - Presidente

Francisco Moisés de Almeida Gomes
CRC (CE): 12837
CPF: 575.694.793-00
Contador

Bruno de Souza Almeida
CPF: 009.609.701-93
Gestor de Controle Interno

Anneline Magalhães Torres
CPF: 014.566.883-59
Diretora Administrativa Financeiro

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)



COMPANHIA DE PARTICIPAÇÃO E GESTÃO DE ATIVOS DO CEARÁ – CEARAPAR
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022
(Em Reais)

1. Contexto operacional

A Companhia de Participação e Gestão de Ativos de Ceará. - CEARAPAR, Sociedade de Economia Mista sob o controle acionário do Estado do Ceará, criada pela Lei nº 16.698, de 14 de dezembro de 2018 e constituída pela Assembleia Geral de 26 de outubro de 2021, é uma Sociedade por ações de economia mista regida pelas disposições da Lei das Sociedades por Ações e foi criada pelo Governo do Estado do Ceará.

Cabe a Companhia gerir ativos componentes de seu patrimônio ou do patrimônio do Estado do Ceará e suas entidades vinculadas, no intuito de promover a geração, otimização e melhor retorno possível, respeitando os riscos e o perfil do Estado pela aplicação e gestão eficientes desses ativos, bem como auxiliar e colaborar nas políticas de desenvolvimento econômico do Estado e auxiliar o Tesouro Estadual na administração da dívida pública.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico e determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, por meio do Pronunciamento Técnico - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por ações (Lei Nº 6.404/1976) e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e pelo pronunciamento técnico aplicável a Pequenas e Médias Empresas (PME) emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (NBCTG 1.000(R1)/2016).

A Administração da Companhia declara de maneira explícita, e não reservada, que as demonstrações contábeis ora apresentadas foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil por meio do Pronunciamento Técnico - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

2.2. Principais Práticas Contábeis Adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações estão descritas a seguir:

2.2.1. Principais fontes de julgamento e estimativas

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CPC - PME determina que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre premissas e estimativas que possam um risco de resultar em um ajuste dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos e são revistos de uma maneira contínua: vida útil dos ativos imobilizados e provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÃO E GESTÃO DE ATIVOS DO CEARÁ – CEARAPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em Reais)

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que referidas estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

2.2.2. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida. O saldo utilizado de contas garantidas inclui-se em empréstimos no passivo circulante do balanço, e compõe o saldo de caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa.

2.2.3. Instrumentos Financeiros**a) Passivos financeiros**

Os passivos financeiros da Companhia são substancialmente representados por fornecedores e outras contas a pagar. São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até a data do balanço.

2.2.4. Demais contas do ativo circulante

São apresentadas ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço ou, no caso de despesas antecipadas, ao custo.

2.2.5. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.2.6. Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

2.2.7. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor presente pelo Serviço Prestado e é reconhecida quando os riscos e os benefícios são transferidos. A prestação de serviços envolve tipicamente o desempenho da entidade em face da tarefa estabelecida contratualmente a ser executada ao longo de um período estabelecido entre as partes. Tais serviços podem ser prestados dentro de um ou mais períodos.

2.2.8. Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, tarifas bancárias e descontos obtidos, conforme demonstrado na Nota Explicativa.



COMPANHIA DE PARTICIPAÇÃO E GESTÃO DE ATIVOS DO CEARÁ – CEARAPAR
 Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
 Em 31 de dezembro de 2022
 (Em Reais)

2.2.9. Tributação sobre o Lucro

As provisões para o Imposto de Renda e Contribuição Social foram constituídas às alíquotas de 15% (quinze por cento), mais adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000,00 ao ano e 9% (nove por cento), respectivamente, sobre o lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões admitidas descontada a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real.

2.2.10. Divulgação das Demonstrações Contábeis

A entidade apresentou o conjunto completo de demonstrações contábeis, de Acordo com a NBC TG 1000(R1)

3. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo é composto da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	2022 (R\$)	2021 (R\$)
CAIXA	301	1
BANCOS CONTA MOVIMENTO	4.135	32.347
CEF – CC 5774-7	4.135	32.347
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2.987.345	2.867.439
BB RF SIM SD –CC 29112-9	550.339	503.320
CEF FIC RUBI RF - CC 5774-7	2.437.006	2.364.119
TOTAL	2.991.781	2.899.787

O maior volume de aplicações está alocado na conta da CEF FIC RUBI RF em função da sua maior rentabilidade. A opção por segregar as aplicações financeiras foi em função de garantir maior rendimento à companhia.

4. Impostos a recuperar

Refere-se ao saldo negativo de IRPJ, oriundo de impostos retidos na fonte sobre as aplicações financeiras do exercício. Ao final do exercício ficou o seguinte saldo:

DESCRIÇÃO	2022 (R\$)	2021 (R\$)
IRRF PAGO A MAIOR	140	-
CSRF PAGO A MAIOR	353	-
SALDO NEGATIVO IRPJ 021	23	23
IRRF S/ APLIC. FINANCEIRA	70.270	-
TOTAL	70.786	23



COMPANHIA DE PARTICIPAÇÃO E GESTÃO DE ATIVOS DO CEARÁ – CEARAPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022
(Em Reais)
5. Imobilizado

O imobilizado é composto por bens móveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação. A taxa de depreciação utilizado é de 10% ao ano. Segue a composição do saldo:

DESCRIÇÃO	2022 (R\$)	2021 (R\$)
Móveis e Utensílios	9.765	-
(-) Depreciação	(163)	-
TOTAL	9.602	-

6. Obrigações Fiscais e Trabalhistas

Refere-se ao grupo de impostos a recolher, obrigações com pessoal e encargos tributários em geral. A empresa mantém suas obrigações rigorosamente em dia. Segue o detalhamento:

DESCRIÇÃO	2022 (R\$)	2021 (R\$)
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	50.724	23.466
PIS A RECOLHER	232	115
COFINS A RECOLHER	1.426	708
IRRF S/ FOLHA DE PGTO A RECOLHER	48.796	22.643
IRRF RETIDO DE TERCEIROS	57	0
CSRF A RECOLHER	177	0
ISS RETIDO DE TERCEIROS	36	0
OBRIGACOES PREVIDENCIÁRIAS	55.288	44.310
INSS A RECOLHER	44.943	41.189
FGTS A RECOLHER	10.345	3.121
OBRIGAÇÕES COM PESSOAL	4.085	-
Remuneração Conselho Administração	4.085	-
PROVISÕES	111.953	5.300
FÉRIAS	82.440	3.903
INSS SOBRE FÉRIAS	22.918	1.085
FGTS SOBRE FÉRIAS	6.595	312
TOTAL	222.050	73.077

7. Capital Social

O Capital Social da CEARAPAR é de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), divididos em 5.000.000,00 (cinco milhões) de ações ordinárias e nominativas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada. O Estado do Ceará manterá sempre a maioria absoluta do capital social da CEARAPAR, onde foi integralizado o montante de R\$ 4.999.999,00 da parte integral executada pelo Governo do Estado e R\$ 1,00 integralizado pela ADECE. As ações restantes que





COMPANHIA DE PARTICIPAÇÃO E GESTÃO DE ATIVOS DO CEARÁ – CEARAPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em Reais)

totalizam R\$ 1.999.999,00 foram integralizadas dentro do prazo conforme a realização da Assembleia Geral de Constituição

Capital Social - Em Reais R\$		
Acionista	Capital Subscrito	Capital Integralizado
Estado do Ceará	4.999.999	4.999.999
Adece	1	1
Total	5.000.000	5.000.000

Segue abaixo a composição do quadro acionário:

Capital Social - Nº de ações		
Acionista	Capital Subscrito	Capital Integralizado
Estado do Ceará	4.999.999	4.999.999
Adece	1	1
Total	5.000.000	5.000.000

Destinação dos recursos aplicados

A Companhia recebeu, em 13 de abril de 2022, recursos do Governo do Estado do Ceará no montante de R\$ 1.999.999,00, referente a integralização de capital social, para a aplicação em gastos de instalação, na manutenção e na realização de atividades relativas ao seu objeto social. Para atender a Resolução COGERF nº 10/2020 (DOE 17/06/2020), a Companhia informa no quadro a seguir a forma de aplicação dos recursos no exercício de 2022.

Recursos Recebidos (1)		Despesas Aplicadas (2)	
Recursos Recebidos	Valor (R\$)	Descrição das Despesas Aplicadas	Valor (R\$)
Constituição ou aumento de capital de empresas	1.999.999,00	Remuneração de Conselheiro, Diretores e Pessoal	1.428.734,00
		Encargos Sociais	434.762,00
		Outras Despesas com Pessoal e Encargos	136.503,00
TOTAL (3)	1.999.999,00	TOTAL (4)	1.999.999,00
		Demais Despesas com Pessoal e Encargos	187.851,00
		Despesas Gerais (5)	173.569,00
		Total de Despesas Gerais e Administrativas	2.361.419,00

Notas:

(1) Recursos transferidos pelo Estado 2022, conforme consulta ao Portal da Transparência.



COMPANHIA DE PARTICIPAÇÃO E GESTÃO DE ATIVOS DO CEARÁ – CEARAPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em Reais)

- (2) Despesas realizadas com os recursos recebidos durante o exercício. Os recursos recebidos foram aplicados basicamente nas atividades pré-operacionais da Companhia, notadamente na remuneração de Conselheiros, Diretores e Pessoal, dado que ainda não foram realizadas atividades geradoras de receitas. No quadro estão enumeradas as principais despesas do exercício.
- (3) Total dos recursos recebidos a título de Constituição ou Aumento de Capital.
- (4) Total das despesas realizadas com os recursos recebidos a título de Constituição ou Aumento de Capital.
- (5) Inclui Despesas com Assistência Contábil, Auditoria, Serviços de Informática, Materiais e Outros Serviços.

A CearaPar foi constituída em 26 de outubro de 2021 e até o final do exercício de 2022 não apresentou receitas operacionais. Os valores recebidos pela Companhia foram aplicados em 2 vertentes. A primeira vertente referiu-se à sua instalação física e à estruturação da empresa dentro do arcabouço legal de sociedade anônima, bem como à adequação às regras de governança estabelecidas nas determinações da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades Anônimas) e da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016 (Lei das Estatais).

Já como segunda vertente, destacou-se a adoção de providência necessárias para a inserção da empresa do mercado com o objetivo de cumprir seu objeto social, o de gerir de forma eficiente os ativos do Estado do Ceará visando a geração ou otimização dos retornos do patrimônio estatal, conforme estabelecido no artigo 2º, da Lei 16.698, de 14 de dezembro de 2018, que autorizou a constituição da Companhia. Para tanto, a empresa empregou recursos na contratação de pessoal especializado e na criação de estrutura administrativa, para o desenvolvimento de ações de gestão dos ativos público, no Ceará.

Neste sentido, uma das primeiras ações da Companhia foi assessorar o Poder Executivo Estadual na elaboração, por meio de Decreto, de uma política de gestão de ativos, no sentido de se fazer cumprir principalmente 2 objetivos essenciais de consolidação dessa política pública: i) a otimização do retorno dos ativos públicos geridos pelo Estado e por suas entidades; e ii) a regulamentação dos serviços de gestão dos ativos a serem prestados pela CearaPar e a consequente geração de receita operacional da Companhia.

Assim, foi constituído, por meio do Decreto Estadual 34.723, de 2 de maio de 2022, o Sistema de Administração de Ativos Públicos do Estado do Ceará que estabeleceu as diretrizes para uma gestão eficiente dos ativos estaduais. O instrumento regulamentar constituiu, ainda, o Conselho Estadual de Administração e Gestão de Ativos – CONAG, instância máxima deliberativa sobre tema, estabelecendo a CearaPar como instância executiva e de atuação técnica e administrativa do CONAG. O Decreto 34.723/2022, prevê a prestação de serviços técnicos especializados pela CearaPar aos demais órgãos do Estado, responsáveis pela gestão de seus ativos imobiliários e detentores de participações societárias.

Prosseguindo na construção do arcabouço jurídico necessário ao seu funcionamento, a CearaPar articulou-se com o Poder Executivo, assessorando-o no sentido de se criar um ambiente favorável aos negócios imobiliários públicos. Disto resultou a aprovação de Emenda Constitucional, de nº 119, de 1º de dezembro de 2022 e da Lei Complementar 296, de 16 de dezembro de 2022, que tratam dos bens públicos estaduais e suas alienações, constituindo o Novo Marco Legal da Gestão de Ativos Imobiliários do Estado do Ceará.

Evidencia-se, portanto, que a CearaPar, empregando os esforços possíveis, representou significativa influência no processo de transformação do marco legal de gestão de ativos do Estado do Ceará, o que garantirá evidente melhoria na administração dos recursos públicos, bem como, na ambiência de negócios. Desta feita, pode-se afirmar que os recursos aplicados pelo acionista Estado do Ceará e utilizados pela CearaPar, classificados contabilmente como gastos com pessoal e encargos, converteram-se diretamente em melhorias substanciais da política de gestão dos ativos públicos do Estado do Ceará, construindo o alicerce necessário para a geração e otimização dos recursos públicos.

Vê-se assim que a CearaPar atua, desde sua criação, com o compromisso de desempenhar com eficiência o seu papel na gestão pública. Isto será possível uma vez que a Companhia está autorizada a prestar, por meio de

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÃO E GESTÃO DE ATIVOS DO CEARÁ – CEARAPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022
(Em Reais)

contratos estabelecidos com as demais empresas públicas e órgãos gestores, serviços técnicos, especializados em gestão de ativos. Ressalta-se que, no segundo semestre de 2022, teve início o planejamento entre a CearaPar e os órgãos gestores para fins de construção do processo de contratação, respeitando as exigências pertinentes ao processo licitatório próprio da administração direta.

A exploração econômica eficiente dos ativos públicos contribuirá para a retomada econômica, gerando novas fontes de receitas para que o Estado possa assegurar e garantir os direitos sociais à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à segurança, à previdência social e à assistência social.

8. Prejuízos Acumulados

O prejuízo do exercício de 2022 será incorporado ao Patrimônio Líquido em conformidade com as exigências legais.

9. Despesas Gerais e Administrativas

São despesas operacionais da companhia, onde sua escrituração é realizada pelo critério do regime de competência, para atender as normas contábeis vigentes. Segue a composição:

DESCRIÇÃO	2022 (R\$)	2021 (R\$)
DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS	2.185.413	189.894
AUTONOMOS	0	109.675
ORDENADOS E SALARIOS	0	35.127
FGTS	0	3.433
INSS	0	34.948
REMUNERAÇÃO CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	525.563	0
INSS CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	107.420	0
REMUNERAÇÃO CONSELHO FISCAL	141.782	0
INSS CONSELHO FISCAL	28.356	0
REMUNERAÇÃO DIRETORES	304.589	0
INSS DIRETORES	87.837	0
FGTS DIRETORES	25.270	0
REMUNERAÇÃO COMISSIONADOS	456.800	0
INSS COMISSIONADOS	141.910	0
FGTS COMISSIONADOS	41.532	0
PROVISÕES TRABALHISTAS – FÉRIAS E 13º SALÁRIO	229.923	7.791
DEPRECIACÃO	163	0
VALE COMBUSTIVEL	37.387	0
VALE REFEICAO	57.342	0
(-) RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	(461)	(1.081)
DESPESAS GERAIS	173.569	0
AUDITORIA	21.675	0
CONSULTORIA	3.000	0
LOCAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	14.493	0
SERVICOS DE INFORMATICA	29.416	0
SERVIÇO DE SOFTWARE	14.600	0
CURSOS E TREINAMENTOS	26.700	0



COMPANHIA DE PARTICIPAÇÃO E GESTÃO DE ATIVOS DO CEARÁ – CEARAPAR

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022
(Em Reais)

ASSISTENCIA CONTABIL	41.800	0
CONGRESSOS E EVENTOS	2.840	0
TAXAS E EMOLUMENTOS	7.348	0
MATERIAL DE EXPEDIENTE	480	0
MATERIAL DE USO E CONSUMO	278	0
DESPESAS GRAFICAS	7.088	0
MATERIAL DE MANUTENÇÃO	3.851	0
TOTAL	2.358.982	189.894

10. Receitas e Despesas financeiras

A principal fonte de receita financeira são os rendimentos das aplicações financeiras da empresa, as quais são registradas na contabilidade conforme os extratos bancários. Temos como despesas financeiras as tarifas bancárias e juros de mora, quando existentes. Segue quadro com a composição de saldo:

RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	2022 (R\$)	2021 (R\$)
DESPESAS FINANCEIRAS	(1.225)	(14)
Juros e Multas s/Pagamentos Em Atraso	426	14
Despesas bancárias	799	0
(-) RECEITAS FINANCEIRAS	396.943	16.877
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras	416.301	17.700
PIS e COFINS sobre Receitas. Financeiras	(19.358)	(823)

Fortaleza, 31 de dezembro de 2022

Carlos Eduardo dos Santos Marino
 CPF: 261.069.143-20
 Diretor – Presidente

Francisco Moisés de Almeida Gomes
 CPF: 575.694.793-00
 CRC (CE): 12837/O-1
 Contador



Bruno de Souza Almeida
 CPF: 009.609.701-93
 Gestor de Controle Interno

Anneline Magalhães Torres
 CPF: 014.566.883-59
 Diretora Administrativa Financeiro

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Os dados, comentários e informações, a seguir expostos, são resultantes da nossa auditoria nos registros contábeis referente ao 4º trimestre e do exercício de 2022, e nos atos e procedimentos administrativos formais que estão previstos e que ocorreram no período analisado.

CONTAS PATRIMONIAIS

ATIVO

CIRCULANTE

CAIXA GERAL

Descrição	Saldo Contábil 31.12.2022
Caixa Geral	1,00
Fundo Fixo	300,00
Total	301,00

Pontos Identificados:

Verificamos que a Companhia dispõe de um regulamento, denominado "Regulamento de Licitações e Contratos", para regulamentação do uso do Fundo Fixo (Art. 114º), onde analisamos o mesmo e identificamos os seguintes pontos merecedores de destaque:

Seção IV. Das Pequenas Despesas em Regime de Fundo Fixo

Art. 114. Poderão ser realizadas pequenas despesas em regime de Fundo Fixo, assim consideradas as que não possam se subordinar ao processo ordinário de formação, contratação, liquidação e quitação existentes e que exijam pronta entrega e pagamento, bem como não resultem em obrigação futura para as partes.

§ 1º. Será estabelecido os limites mensais máximos das pequenas despesas em regime de Fundo Fixo, cujo valor não excederá a 8% (oito por cento) do estabelecido no inciso II do art. 29 da Lei nº 13.303/2016, a serem observados pelos respectivos departamentos ou centros de custos.

§ 2º. A execução de pequenas despesas em regime de Fundo Fixo não demandam a formalização de processos de dispensa de licitação quanto às exigências do presente Regulamento, e ainda,

dispensados da celebração de contrato, justificativa de preços ou demais documentos, bastando para tanto a apresentação da nota fiscal ou recibo respectivo.

3º. As contratações das Pequenas Despesas em regime de Fundo Fixo visam propiciar celeridade e economicidade aos processos sendo sua efetivação vinculada à disponibilidade orçamentária da área executante, a qual poderá adotar outros meios dispostos no presente Regulamento visando a transparência e/ou competição entre fornecedores.

§ 4º. É vedada a utilização de contratação das pequenas despesas em regime de fundo fixo que leve ao fracionamento de despesas, verificado quando sobrevierem contratações sucessivas, representadas por objetos idênticos ou de natureza semelhante, que poderiam ter sido agrupadas e realizadas conjunta e concomitantemente, ou seja, dentro do mesmo exercício orçamentário, salvo em casos excepcionais devidamente justificados por fatos supervenientes.

§ 5º. A responsabilidade pelas pequenas despesas em regime de fundo fixo será da Área ou Unidade que as executou, devendo constar a assinatura e a identificação do responsável da respectiva área no documento fiscal.

§ 6º. As despesas em regime de fundo fixo, preferencialmente, deverão ser efetivadas por meio de transferências bancárias, destinadas diretamente ao fornecedor dos bens ou serviços.

§ 7º. É facultado aos ordenadores de despesa, limitado a 2% (dois por cento) do valor estabelecido no inciso II do art. 29 da Lei nº 13.303/2016, o depósito de suprimento de fundo em conta corrente de empregado em comissão ou Diretor designado para a execução de pequena despesa.

§ 8º. Exercida a faculdade prevista no 7º, deve o funcionário receptor do recurso prestar contas da quantia recebida no prazo de 30 (trinta) dias, por meio de processo administrativo instruído com notas fiscais ou documentos equivalentes e comprovante de devolução à Companhia de saldos remanescentes.

- Verificamos a movimentação ocorrida na rubrica, analisamos suas devidas documentações comprobatórias de entradas e saídas do Fundo Fixo, no qual verificamos que Companhia está atendendo os requisitos estipulados no "Regulamento de Licitações e Contratos", supracitado.

BANCOS

Descrição	Saldo Contábil 31.12.2022	Saldo Extrato 31.12.2022	Diferença
Caixa Econômica Federal – 5774-7	4.134,88	4.134,88	0,00
Total	4.134,88	4.134,88	0,00



Analisamos a movimentação contábil, por amostragem, confrontamos com a documentação comprobatória e constatamos que os saldos das contas contábeis encontram-se em conformidade com os saldos apresentados nos extratos bancários.

APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Descrição	Saldo Contábil 31.12.2022	Saldo Extrato 31.12.2022	Diferença
BB Rf Sim Sd 29112-9	550.337,67	550.337,67	0,00
Caixa Fic Rubi Rf Ref Si Lp	2.437.006,45	2.437.006,45	0,00
Caixa Facil Renda Fixa Simples	0,01	0,01	0,00
Total	2.987.345,13	2.987.345,13	0,00

Confrontamos a movimentação ocorrida no período com os extratos bancários de aplicação, conferimos os rendimentos auferidos no período, retenções de IRRF, do qual constatamos que os saldos das contas contábeis encontram-se em conformidade com os saldos apresentados nos extratos bancários.

IMPOSTOS A RECUPERAR

Descrição	Saldo em 31.12.2022	Nota
Irrf s/ Aplicação Financeira	70.269,53	(a)
Irrf Pago A Maior	140,25	(b)
Csrf Pago A Maior	353,40	(b)
Saldo Negativo IRPJ 2021	22,89	(c)
Total	70.786,07	

Pontos identificados:

- (a) O saldo da rubrica refere-se às retenções de valores de IRRF sobre os rendimentos de aplicação financeira, ocorridos durante o exercício de 2022.
- (b) Analisamos a movimentação ocorrida nestas rubricas e verificamos que os saldos das mesmas referem-se a valores pagos a maior de IRRF e CSRF, onde verificamos suas devidas documentações comprobatórias e não identificamos pontos merecedores de destaque.





- (c) Analisamos a movimentação ocorrida nesta rubrica e verificamos que o saldo da mesma refere-se ao saldo negativo de IRPJ do exercício de 2021, onde identificamos que não houve movimentação na rubrica no período auditado.

Recomendações:

- (a) Recomendamos que a Companhia efetue a transferência do saldo da conta contábil "IRRF s/ Aplicações Financeiras-31/12", no valor de R\$ 70.269,53, para a conta contábil "Saldo Negativo IRPJ 2022".

Que a companhia efetue a compensação tempestivamente, dos valores dos impostos a recuperar com impostos vincendos, evitando assim a prescrição dos referidos créditos.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

IMOBILIZADO

Descrição	Saldo em 31.12.2022
Movies e Utensilios-08/11	9.765,00
(-) DEPRECIAÇÕES/AMORTIZAÇÕES	(162,76)
S/ Moveis e Utensilios-31/12	(162,76)
Total	9.602,24

Analisamos a movimentação ocorrida nas referidas contas contábeis, realizamos testes de adições ocorridas no período, analisamos as notas fiscais referentes as adições, analisamos as movimentações dos grupos "Imobilizado" e "Depreciação Acumulada", analisamos o relatório de controle de imobilizado e não identificamos pontos merecedores de destaque.

PASSIVO

CIRCULANTE

FORNECEDORES

Descrição	Saldo Contábil 31.12.2022	Composição de saldo em 31.12.2022
Fornecedores Nacionais	1.900,05	1.900,05
Total	1.900,05	1.900,05



Pontos Identificados:

Analisamos a movimentação ocorrida nesta rubrica, selecionamos, por amostragem, as movimentações ocorridas no período em análise e solicitamos o relatório financeiro, onde verificamos que a Companhia não dispõe do referido controle através de Sistema Financeiro, sendo a composição do saldo realizada através de registros extra contábeis (planilha em Excel).

Recomendações:

Que sejam aprimorados os controles internos, através da implantação de Relatórios Financeiros, por meio de sistema informatizado, de forma que os mesmos possam transmitir mais confiabilidade e segurança das informações geradas.

Comentário da Companhia:

A Companhia informa que iniciou o processo de aquisição de software integrado de gestão empresarial.

OBRIGAÇÕES SOCIAIS

Descrição	Saldo em 31.12.2022	Nota
INSS a Pagar	44.943,33	(a)
FGTS a Recolher	10.345,27	(a)
IRRF s/ Salários	48.796,29	(b)
TOTAL	104.084,89	

Pontos Identificados:

- (a) Realizamos a conferência da rubrica acima, confrontando os lançamentos contábeis com as folhas de pagamento, Notas Fiscais de Serviços Tomados e guias de recolhimento, onde não identificamos pontos mercedores de destaque;
- (b) Realizamos o confronto entre o Valor Provisionado na Contabilidade x Folhas de Pagamento, do qual não identificamos pontos mercedores de destaque;

OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Descrição	Saldo em 31.12.2022	Nota
IRRF S/ Nfs A Recolher	57,00	(a)
Iss Retido Terceiros	36,23	(b)

PIS a Recolher	231,71	(c)
CSRF a Recolher	176,70	(a)
COFINS a Recolher	1.425,92	(c)
Total	1.927,56	

Pontos Identificados:

- Analizamos a movimentação ocorrida nestas rubricas, verificamos a composição de saldos das mesmas e não identificamos pontos merecedores de destaque.
- Analizamos a composição da rubrica e identificamos que o referido valor trata-se de ISS retido e não recolhido da NF nº 2335, do fornecedor "Etice Empresa de Tecnologia da In-17/12", datada de 08/06/2022.
- Efetuamos testes de recálculo do PIS e COFINS, confrontamos com as informações contidas nas memórias de cálculo e comprovantes de pagamento, referente ao período em análise, onde não identificamos pontos merecedores de destaque;

Recomendação:

- Que a Companhia providencie o recolhimento do imposto com maior celeridade possível, evitando uma maior incidência de juros e multas.

OBRIGAÇÕES COM PESSOAL

Descrição	Saldo em 31.12.2022
Remuneração Conselho de Administr-31/12	4.084,88
Total	4.084,88

Analizamos a movimentação contábil e identificamos que ocorreu um lançamento de estorno de salário da administração, a débito de "Bancos C/ Movimento" e crédito de "Remuneração Conselho de Administr-31/12", no valor de 4.084,88. Segundo informações do responsável pela contabilidade, esta situação ocorreu por conta de uma inconsistência no sistema do banco. Conforme repassado pelo responsável pela contabilidade, a situação foi regularizada em janeiro de 2023.

PROVISÕES TRABALHISTAS

Descrição	Saldo em 31.12.2022
Provisão p/ Férias	82.439,62



Provisão INSS s/ Férias	22.918,23
Provisão FGTS s/ Férias	6.595,17
Total	111.953,02

Efetuamos o confronto dos saldos apresentados no balancete com os resumos das folhas de pagamento, bem como com o relatório de provisões gerados pelo sistema, onde não identificamos pontos mercedores de destaque.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Descrição	Saldo em 31.12.2022
Capital Social	5.000.000,00
Prejuízos Acumulados	(2.137.441,04)
TOTAL	2.862.558,96

Analisamos a movimentação contábil, confrontamos o saldo do balancete com a respectiva documentação suporte, do qual não identificamos pontos mercedores de destaque. Ressaltamos para o fato da companhia ter apresentado um prejuízo no total de R\$ 551.018,90 no trimestre em análise. O resultado anual (prejuízo) é o montante de R\$ 1.964.173,26.

CONTAS DE RESULTADO

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Descrição	Saldo em 31.12.2022
Despesas com Pessoal	1.523.418,81
TOTAL	1.523.418,81

Confrontamos os registros da Contabilidade x Folha de Pagamento x SEFIP/GFIP, ocorridos no período em análise, onde não identificamos pontos mercedores de destaque.

OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Analisamos os recibos das obrigações acessórias, confrontamos com as apurações contábeis e não identificamos pontos mercedores de destaque.

Atenciosamente,





RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Aos
Conselheiros e Diretores da
Companhia de Participação e Gestão de Ativos do Ceará S/A - CEARAPAR**

Nesta

Prezados Senhores,

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Companhia de Participação e Gestão de Ativos do Ceará S/A - CEARAPAR**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia de Participação e Gestão de Ativos do Ceará S/A - CEARAPAR** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação de capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis da administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas

brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimentos dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos e auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as





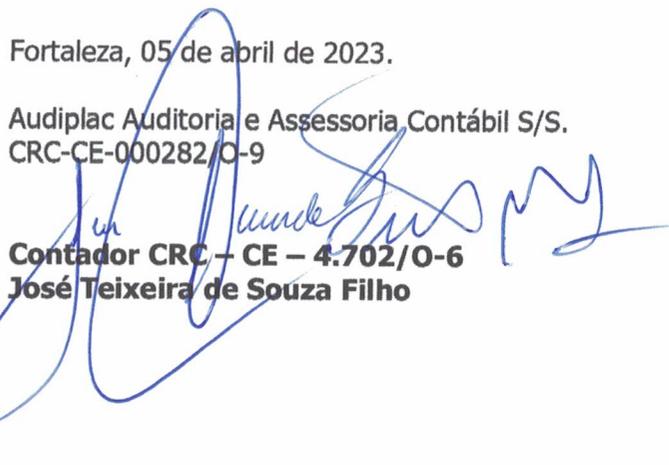
correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Fortaleza, 05 de abril de 2023.

Audiplac Auditoria e Assessoria Contábil S/S.
CRC-CE-000282/O-9



Contador CRC – CE – 4.702/O-6
José Teixeira de Souza Filho